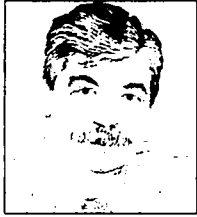


14 FEV 2006

OPINIÃO



Miguel Jorge\*

Economia - Brasil

# O Brasil acima dos partidos políticos

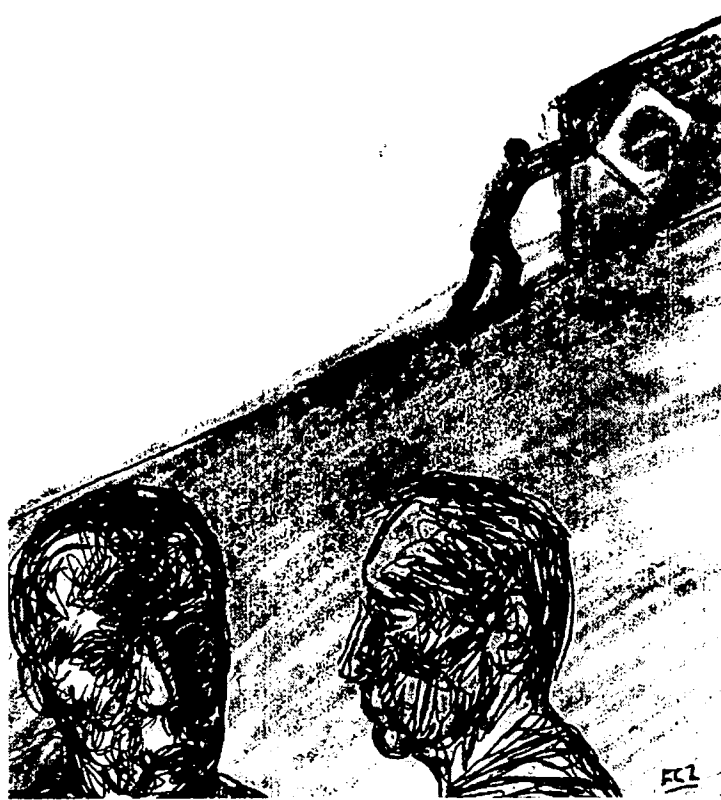
*Requisito torna-se indispensável para que o crescimento desejado ocorra*

Entre as atitudes pré-eleitorais do presidente Lula, cuja candidatura será decidida "no limite", chama a atenção o convite dirigido aos empresários para que invistam mais no País para alcançarmos em 2006 um crescimento econômico sustentável. O presidente anunciou que se encontrará com industriais de vários estados, apresentará dados sobre a economia e mostrará que a queda dos juros permitirá a retomada do crescimento econômico a taxas compatíveis com as dos países emergentes.

Em princípio não haveria novidade nesse apelo se 1) não estivéssemos em ano eleitoral, 2) não fosse o setor privado, incluindo as multinacionais, um dos principais focos de novos investimentos e 3) não fosse a infra-estrutura primordial para nos tornarmos mais competitivos.

Mas o gesto do presidente suscita especulações de seus adversários, de parte da mídia e de alguns setores empresariais de que ele corresponderia a um pedido de renovação da confiança no seu governo para um novo mandato. Se assim for, para tentar prevenir uma derrota nas urnas – afirmam os radicais do PT – o presidente já estaria tentando oxigenar sua campanha com o apoio do empresariado, segmento autônomo, fiscalizador, crítico e sensível à economia.

Isto é: Lula teria se convencido de que, num eventual segundo mandato, com inflação sob controle, mais exportações e outros bons resultados, só avançaremos se atrairmos mais investimentos para modernizar a infra-estrutura, criando novos empregos. Para isso, o empresariado teria de estar junto com o presidente. Além disso, consciente de que a disputa eleitoral poderá ser permeada por um clima de pessimismo, o governo Lula também estaria estudando a redução de tributos fe-



derais sobre bens de capital e sobre a cesta básica de alimentos, além de tomar medidas de incentivo à construção civil.

Na matemática eleitoral faria sentido, embora a medida seja mesmo fundamental para retomar o crescimento: a carga dos tributos federais passou de 23,6% do PIB em 2004 para 24,2% no ano passado.

Mas é fato que todos os brasileiros, e não somente os empresários, sabem que o próximo presidente precisará mobilizar toda a sociedade para um programa de modernização da infra-estrutura e de aumento da competitividade do País.

Mais que ninguém, em ano eleitoral o empresariado – sempre acusado de influenciar o governo na tomada de decisões – já se habituou a ver repisados temas como rodovias, portos, hidrelétricas, etc., o que acaba cansando a sociedade e tornando inócua o debate.

Um dos erros do presidente foi deixar para o último ano de

mandato medidas que deveriam ter sido tomadas nos dois primeiros, o que torna compreensíveis muitas das críticas a cada gesto do governo. Em relação às empresas, a disposição para investir caiu em 2005, período em que o total de investimentos anunciados somou US\$ 105 bilhões, cifra igual à de 2004, conforme levantamento de consultoria especializada – estagnação causada, segundo alguns analistas, por juros elevados, crises políticas, etc.

Não fosse o megainvestimento de US\$ 16,5 bilhões em exploração e produção de petróleo da estatal Petrobras, e considerando-se que os investimentos das empresas, a maioria privadas, tiveram maturação máxima de quatro anos, o total de investimentos teria voltado ao nível de 1995.

Mas esse cenário talvez mude em 2006, a julgar pelo resultado de uma pesquisa de outra consultoria, na qual se indica que as empresas investirão

mais, em comparação com 2005. Esses investimentos, contudo, não desembarcarão aqui à força de palavras, mas de pressupostos de modernização, de ambiente favorável aos negócios, de combate à corrupção, de regras claras para os investidores – enfim, de um Estado capaz de impor como lema um refrão do tipo "o Brasil acima dos partidos políticos".

É preciso que o próximo governo – e, desde já, os postulantes à sucessão – discuta publicamente sobre como reverter esse quadro, não com promessas eleitorais ou políticas que resvalam em riscos de populismos.

Se num passado não tão distante os projetos de novos investimentos acabaram sendo restringidos ao mínimo, sempre que a economia estava em crise ou a inflação subia com os fracassos de planos econômicos mágicos, hoje desapareceram os motivos para que não se atraia mais capitais externos.

Portanto, é a ocasião para o presidente – candidato ou não –, em vez de apenas negar o uso eleitoral de obras públicas, ou de convocar os candidatos a seu palanque, declarar aos investidores o que poderão esperar de nossa economia e informá-los sobre as prioridades da política industrial e a diversificação dos investimentos.

Essa iniciativa seria altamente produtiva, na ocasião em que deixamos de ser o principal destino dos investimentos entre os países da América Latina. E em que, segundo a Fundação Nova Economia, instituição independente de pesquisa da Grã-Bretanha, levaríamos 304 anos para atingir o mesmo patamar de distribuição de renda dos países ricos.

\* Jornalista, vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos e Jurídicos do Santander Banespa